

Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Giovana de Moraes Domine

**Caracterização socioeconômica dos feirantes e ambulantes da cidade de São  
Paulo no ano de 2019**

Varginha

2021

Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Giovana de Moraes Domine

**Caracterização socioeconômica dos feirantes e ambulantes da cidade de São Paulo no ano de 2019**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientadora: Ana Márcia Rodrigues da Silva

Varginha  
2021

## Resumo

As altas taxas de desemprego estão associadas ao aumento do trabalho informal, como de ambulantes e feirantes. O objetivo deste artigo é analisar o perfil dos trabalhadores feirantes e ambulantes na cidade de São Paulo, evidenciando suas características como cor, idade, escolaridade, renda, condições de trabalho e a situação de pobreza e desigualdade de renda. Neste intuito, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do ano de 2019 para a elaboração de estatísticas descritivas, bem como, para estimação de índices de pobreza e desigualdade de renda. Após a análise, foi possível concluir que 27,18% dos trabalhadores analisados estão abaixo da linha da pobreza. Além disso, a desigualdade de renda entre eles é menor em relação à desigualdade no município de São Paulo. Apesar disso, como esse tipo de trabalho constitui-se em garantia de renda familiar, ele pode exercer influência na redução da pobreza e melhorias das condições de vida.

Palavras-Chave: Ambulantes; Feirantes; Pobreza; Desigualdade.

## **Sumário**

Introdução	5
Caracterização das feiras	5
Pobreza e desigualdade de renda	7
Metodologia	9
Resultados e discussões	10
Pandemia e informalidade	14
Considerações finais	15
Referências	16

## 1. Introdução

Existentes desde a era medieval, as feiras são um importante meio de comercialização que fomenta o desenvolvimento social e econômico. Com as diversas transformações da sociedade moderna e as altas taxas de desemprego, elas aparecem como garantia de renda para diversos trabalhadores, por isso se torna um tema de extrema importância.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), no ano em questão haviam 12,6 milhões de desempregados no Brasil, sendo 41,3% desses trabalhadores informais (*apud* PEREIRA; CABRAL, 2019, p. 98).

Considerando a população de trabalhadores e trabalhadoras sem carteira assinada empregados do setor privado, trabalhadores domésticos sem carteira, empregadores e trabalhadores “por conta própria” sem CNPJ e o grupo sem remuneração, pessoas que auxiliam em trabalhos para a família, totalizaram 38,683 milhões de brasileiros inscritos na informalidade de acordo com o IBGE (2019) (PEREIRA; CABRAL, 2019, p. 99).

Diante desse cenário, as feiras e o comércio ambulante podem ganhar força. Por se constituírem em uma posição de fácil acesso, com retorno imediato e pouca ou nenhuma fiscalização, se tornam fonte de renda e possibilitam uma alternativa para a manutenção das famílias. Segundo a prefeitura da cidade de São Paulo (2020), existem mais de 800 feiras espalhadas pelo município que já possuem grande aderência da população, e por isso reforçam ainda mais a sua importância.

É importante conhecer quem são esses trabalhadores. Então, estabelecer o seu perfil, suas características socioeconômicas e as características de seu trabalho, pode ser útil para traçar as dificuldades sociais e econômicas que enfrentam.

Este artigo tem como objetivo analisar o perfil dos trabalhadores feirantes e ambulantes na cidade de São Paulo, evidenciando suas características, o trabalho informal, as condições de trabalho e a situação de pobreza e desigualdade. Para tanto, foi utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do ano de 2019. A partir da PNADC foram extraídos dados para a caracterização do perfil dos trabalhadores analisados, bem como a estimação dos índices de pobreza e desigualdade.

O texto está dividido em cinco seções além da introdução e das considerações finais. A primeira delas é formada pela caracterização das feiras. A seção seguinte define e classifica a pobreza e a desigualdade de renda. A terceira apresenta a metodologia utilizada e a quarta evidencia os resultados obtidos e discussões.

## **2. Caracterização das feiras**

Presente na cultura brasileira, a feira livre é um modo de comercialização muito utilizado. Isso porque a exposição de múltiplos produtos traz diversos benefícios tanto para os vendedores quanto para os consumidores. Para os comerciantes, garante fonte de renda e um meio de troca mais barato do que um espaço físico fixo e, para os compradores, oferece variedade, bons preços, abastecimento regular e possíveis reduções no preço final (RIBEIRO et al., 2005).

Segundo Pirenne (1936), ainda que seja difícil datar com exatidão, a origem das feiras concerne ao século IX na Europa, onde comerciantes se organizavam com o intuito de suprir as necessidades básicas da população (*apud* SATO, 2007, p. 95). Assim, as feiras estavam presentes em diversas civilizações antigas, desde a era medieval, e foram estimuladas no Brasil no período da colonização. Nas cidades litorâneas e em pequenos povoados, comerciantes e artesãos se reuniam em locais públicos para vender seus produtos, principalmente alimentos e artesanatos. Por isso, desde o seu início, sempre foi essencial para o abastecimento da população e fomento da economia local.

Já no município de São Paulo, de acordo com a prefeitura da cidade de São Paulo (2020), as feiras livres existem tradicionalmente na cidade desde meados do século XVII. Contemporaneamente, elas permanecem com as mesmas características de sua origem e são regulamentadas na Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB) quanto aos locais, dias, horários, matrícula e metragem do feirante, categoria dos produtos e limpeza da área.

Segundo a prefeitura da cidade de São Paulo (2020), existem mais de 800 feiras espalhadas pelo município, abrangendo bairros e localidades que contemplam realidades socioeconômicas diversas. Assim, além de permitir a distribuição regional dos produtos para diversas classes sociais, também atribui ao longo de seu processo inúmeros agentes que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico.

Essas atividades impactam não só nas relações de troca de produtos pela efetividade da venda: tornam-se espaços de empoderamento econômico do feirante, de acesso aos mercados locais, de estabelecimento de relações comerciais e sociais com o urbano (ARAUJO; RIBEIRO, 2018, p. 301).

Embora normalmente o feirante não seja o produtor e sim um intermediário entre agricultores e consumidores finais (TRINDADE; FIEL, 2019), ele é um importante agente de desenvolvimento socioeconômico já que permite a circulação de bens e serviços à população e gera emprego, mesmo que informal. A rotina deles costuma seguir o seguinte padrão: compra dos produtos, deslocamento até o local da feira, montagem da barraca, venda, desmontagem e carregamento do automóvel. Assim, sua dinâmica propõe que o feirante relacione-se em ambientes sociais, econômicos e culturais e com perfis de freguesia diferentes em cada localização (SATO, 2007).

Tal multiplicidade também é encontrada nos tipos de trabalhadores da feira. Segundo Sato (2007), além dos ambulantes e vendedores há a oferta de trabalho de outras categorias como carregadores, ajudantes, vendedores de lanches e cafés entre outros. Por via de regra, o trabalho na feira é braçal, pesado e exige muita força, além de estratégias para ganhar a freguesia e técnicas para organizar a banca. Dessa maneira, não exige muita qualificação e é caracterizado pelo trabalho informal, sendo consolidado por meio de acordos falados e não por contratos. Já as relações de trabalho, normalmente estão entre familiares, amigos e vizinhos no bairro de moradia (SATO, 2007).

Assim, pode-se dizer que estão pautados pela definição de capital social de Putnam (2006), isto é, são guiados pela confiança, normas e cadeias de relações sociais entre cidadãos dentro de uma sociedade. O capital social serve como garantia para ambas as partes que, guiadas pela confiança e por acordos falados,

exercem seus papéis, causando um benefício mútuo e evitando o excesso de processos.

O acúmulo de capital social resulta em aumento de capital humano, o que facilita o desenvolvimento econômico (RIBEIRO; ARAUJO, 2018). Ao permitir o aumento da renda e a redução do desemprego, contribui para o crescimento econômico. Entretanto, por não oferecer direitos trabalhistas e nem seguir normas da Saúde e Segurança do Trabalho (SST), falham na garantia de bem-estar geral do trabalhador.

A informalidade contribui para a queda da arrecadação de impostos pelo Governo, e na falta de garantia de direitos para os trabalhadores. Todavia, por se constituir em garantia do sustento e sobrevivência, esse tipo de trabalho pode ser uma importante alternativa para a garantia de renda familiar, e conseqüentemente para a redução da pobreza.

### **3. Pobreza e desigualdade de renda**

Compreende-se como pobreza as situações onde indivíduos tenham carência de condições mínimas para se viver de acordo com cada contexto histórico (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2001). Para definir a população pobre existem métodos quantitativos e estatísticos que permitem o cálculo de medidas que avaliem as condições sociais de uma população. Na forma mais usual, costuma-se estabelecer uma medida para a quantidade de renda básica para se sobreviver, denominada linha de pobreza<sup>1</sup>, assim serão considerados pobres todos aqueles que se encontram abaixo deste valor.

Embora haja inúmeras tentativas de reduzir a grande porcentagem de pobres por meio de políticas públicas, a distribuição de renda desigual estende ainda mais esta estimativa. Em outras palavras, enquanto há poucas pessoas concentrando

---

<sup>1</sup> Existem outras maneiras de medir a pobreza, como por exemplo a pobreza multidimensional, mas este tema é complexo e não é objetivo deste estudo.

muita renda, há muitas pessoas concentrando pouca renda e vivendo em condição de pobreza, de extrema pobreza ou até em indigência<sup>2</sup>.

Em um estudo da metrópole de São Paulo no início do século XXI, Marques (2014) constata que a cidade tem proporcionado algumas melhorias nos indicadores de condição urbana. Entretanto, o molde da desigualdade permanece vasto e atual.

Para auxiliar na redução da pobreza, além da inserção de mais políticas públicas para a população necessitada, é necessário também fomentar a economia para a geração de mais empregos. A falta de trabalho e a pobreza estão intimamente relacionados. Quando há trabalho para o indivíduo, ele consegue sair da linha de pobreza e ainda por cima garante alguns direitos trabalhistas, previstos por lei, que melhoram sua condição de vida. Entretanto, em um cenário de altas taxas de desemprego, a informalidade aparece como alternativa.

Pode-se dizer também que a pobreza e a desigualdade estão diretamente ligadas com o trabalho informal. Segundo Pamplona (2013), o principal objetivo do trabalho informal é a manutenção da família, ou seja, garantir condições mínimas de sobrevivência. Assim, ele se torna ferramenta para a luta contra a pobreza e disfarça a desigualdade social. Uma vez que não tem como principal objetivo altos retornos monetários, não configura a ascensão econômica, mas sim a opção de continuidade da vida.

Nesse contexto, já que as feiras oferecem empregos sem exigir habilidades técnicas e altos níveis de escolaridade, elas aparecem como uma alternativa de sobrevivência. Primeiramente assegurando a possibilidade de preços de alimentos mais baixos para a população pobre e depois constituindo-se em uma alternativa de trabalho para indivíduos desempregados.

#### **4. Material e métodos**

Para atender o objetivo estabelecido neste trabalho, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do ano

---

<sup>2</sup> Indivíduos que estão abaixo da linha de extrema pobreza. Neste caso, carecem de renda para suprir até mesmo as necessidades nutricionais.

de 2019. Essa pesquisa é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tem como objetivo acompanhar variáveis e produzir indicadores sobre a população a partir do domicílio como unidade de investigação (IBGE, 2021).

O ano de 2019 foi escolhido porque era o ano mais recente de disponibilização da base de dados anual no momento de realização deste trabalho. Foram considerados para este estudo os profissionais ambulantes de serviços de alimentação ou não, que possuem como principal atividade o comércio em serviços ambulantes e feiras oriundos da cidade de São Paulo, foco de análise. Na PNADC não foi possível identificar diretamente todos os trabalhadores de feiras livres. Assim, os dados incluem também trabalhadores ambulantes que não se encontram nas feiras, sendo essa a maior limitação deste trabalho. Por outro lado, a inclusão de outros trabalhadores ambulantes, como os ambulantes de alimentação, é uma extensão do objeto de análise. Isto porque nas feiras livres também é possível encontrar essa modalidade de trabalho. Com o filtro aplicado, chegou-se a um total de 49.205 trabalhadores incluídos na análise, conforme a população expandida através da amostra.

Para traçar o perfil trabalhadores estudados foram realizadas estatísticas descritivas considerando as características: sexo, idade, raça, nível de escolaridade e condição no domicílio. Além disso, foram incluídas variáveis que identificam a contribuição para a previdência social, registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cargo, atividade, renda e horas trabalhadas de modo a investigar a informalidade/formalidade e as características dos postos de trabalho.

Para analisar o perfil socioeconômico foram utilizadas variáveis de rendimento. Com isso, foram calculados o Índice FGT e o Índice de Gini para investigação da pobreza e da desigualdade de renda.

O índice FGT foi calculado a partir da seguinte expressão, que caracteriza a proporção de pobres<sup>3</sup>:

$$FGT(0) = \frac{q}{n}$$

---

<sup>3</sup> A família de índices FGT inclui outros índices, mas neste trabalho será utilizada apenas uma abordagem simples com a proporção de pobres.

onde  $q$  é o número de pobres (pessoas cuja renda *per capita* domiciliar é menor que a linha de pobreza);  $n$  é o tamanho da população

Para encontrar a linha de pobreza mensal em reais, seguiu-se a recomendação do Banco Mundial para países de renda alta (THE WORLD BANK, 2021). A linha de pobreza considerada foi de U\$5,50 por dia; o fator de conversão de Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2019 igual a 2,4 e a média de dias em um mês igual a 30,4 dias. Como produto dessas variáveis, obtém-se o valor de R\$401,28, que representa a linha de pobreza mensal em reais.

Já o Índice de Gini foi calculado a partir da expressão:

$$G = \frac{\pi}{0,5} = 2\pi$$

onde  $\pi$  é a diagonal que corta a curva de Lorenz. O Índice resulta em um coeficiente entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de 0 menos desigual é a amostra/população estudada e quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade.

## 5. Resultados e discussões

Para traçar o perfil e características pessoais dos trabalhadores aqui analisados, foram utilizadas as variáveis sexo, cor ou raça, nível de instrução e condição no domicílio como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Características pessoais dos trabalhadores analisados – cidade de São Paulo (2019)

	Frequência	Porcentagem
<b>Sexo</b>		
Feminino	18485	37,57
Masculino	30720	62,43
<b>Cor ou raça</b>		
Branca	10576	21,49
Preta	4750	9,65
Amarela	720	1,46
Parda	33159	67,39
<b>Nível de instrução</b>		
Fundamental incompleto ou equivalente	20738	42,15
Fundamental completo ou equivalente	5467	11,11
Médio incompleto ou equivalente	6599	13,41
Médio completo ou equivalente	9303	18,91
Superior incompleto ou equivalente	4382	8,9
Superior completo	2716	5,52
<b>Condição no domicílio</b>		
Pessoa responsável	30178	61,33
Cônjuge ou companheiro(a)	10137	20,6
Filho(a)	1169	2,38
Enteado(a)	1456	2,96
Pai, mãe, padrasto ou madrasta	1996	4,06
Irmão ou irmã	1289	2,62
Outro parente	2980	6,06

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC.

Ao analisar esses dados, temos que, esses trabalhadores são majoritariamente homens (62%), pardos (67,39%), com ensino fundamental incompleto (42,15%) e responsáveis pelo domicílio. Esses dados indicam a

predominância de pardos em ocupações mais precárias, o baixo nível de escolaridade e a dificuldade de atingir o ensino superior completo (5,52%). Além disso, o trabalho nas feiras e dos ambulantes é utilizado como a fonte de renda dos responsáveis pelo domicílio (61,33%) e seus companheiros (20,6%), o que ressalta a importância desse trabalho para a manutenção da família.

A Tabela 2 mostra a representação da população estudada dividida por cargo ou função e principal atividade realizada.

Tabela 2 - Características dos postos de trabalho ocupados – cidade de São Paulo (2019)

	Frequência	Porcentagem
<b>Cargo ou função</b>		
Vendedores ambulantes de serviços de alimentação	30967	62,94
Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação)	18238	37,06
<b>Principal atividade</b>		
Comércio ambulante e feiras	18238	37,06
Serviços ambulantes de alimentação	30967	62,94
<b>Possui registro no CNPJ</b>		
Sim	1876	3,81
Não	47329	96,19
<b>Contribui para instituto de previdência</b>		
Sim	4402	8,95
Não	44803	91,05

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC.

Os serviços ambulantes de alimentação, representam a venda de alimentos para consumo imediato, como pastéis, caldo de cana, lanches, salgados, seja em trailers, carrocinhas ou qualquer outro meio. Já na categoria de comerciantes ambulantes, estão todos os que comercializam algum produto em vias públicas ou em domicílios, como ocorre nas feiras livres. Percebe-se que a maioria do grupo

analisado é composto por vendedores de produtos alimentícios prontos (62,94%), enquanto apenas 37,06% deles são ambulantes e feirantes.

Já em relação ao registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e à contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social, os dados comprovam a informalidade da população. Apenas 3,81% dos trabalhadores têm suas empresas abertas e aproximadamente 9% deles contribuem para a previdência social. Ou seja, comprovam a hipótese da informalidade, a falta de amparo em caso de acidentes, gravidez ou invalidez. Além disso, esses trabalhadores não possuem descanso remunerado, férias ou décimo terceiro salário. Os dados indicam também a falta de recursos e desamparo ao alcançar a velhice, como a falta de acesso às aposentadorias e pensões.

A Tabela 3 apresenta dados referentes à idade, renda e horas trabalhadas entre os trabalhadores analisados.

Tabela 3 - Idade, renda e horas trabalhadas dos trabalhadores estudados – cidade de São Paulo (2019)

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade	45,67	14,71	19	74
Horas trabalhadas por semana	41,5	13,92	12	70
Rendimento mensal de todos os trabalhos	836,64	650,47	0	4500
Rendimento domiciliar	2147,79	1605,05	175	11870
Rendimento domiciliar <i>per capita</i>	700,01	531,55	88	2968

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC.

A Tabela 3 evidencia que a idade média dos trabalhadores analisados era de 45,67 anos, sendo a idade mínima 19 e a máxima 74. Tais dados trazem a hipótese da inserção nesse modo de trabalho como alternativa logo no início da vida adulta e a necessidade de manter o trabalho uma vez que não contribuem para a previdência e, portanto, não possuem aposentadoria.

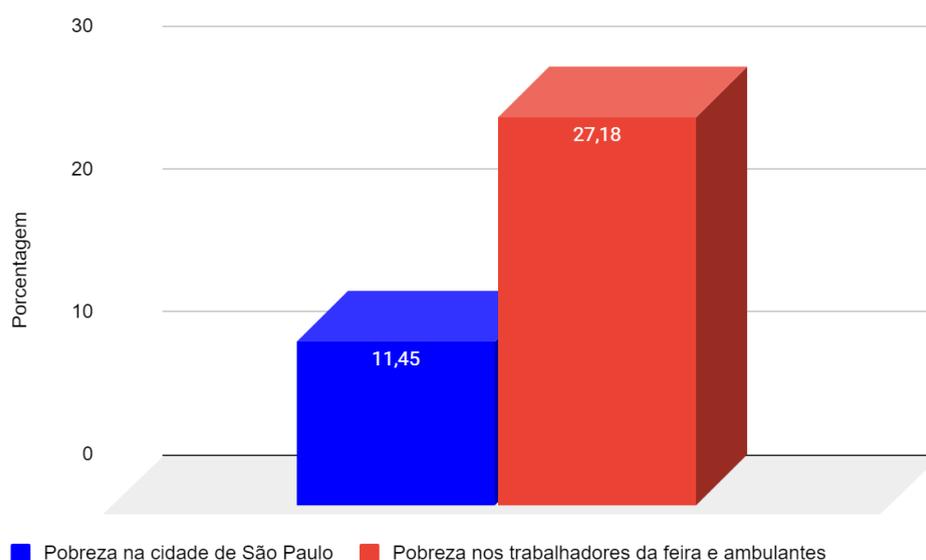
Já em relação ao número de horas trabalhadas, tem-se a média de 41,5 horas semanais, sendo o mínimo de 12 e o máximo de 70 horas. Considerando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que impõe o limite de 8 horas diárias e 44

horas semanais, é possível identificar a sobrecarga de trabalho da população, associadas às condições precárias já apontadas.

Além disso, como rendimento mensal de todos os trabalhos tem-se a média de R\$836,64 reais, sendo a renda máxima de R\$4500,00. Isso mostra que a renda desses trabalhadores é baixa, sendo a renda média do trabalho inferior a um salário mínimo vigente em 2019 que era de R\$998,00. Por sua vez, o rendimento domiciliar médio é de R\$2147,79, o que demonstra que os membros do domicílio em que moram estes trabalhadores possuem outras fontes de renda que não se originam deste trabalho. Isso corrobora o fato que a atividade laboral não é suficiente para atender as necessidades econômicas dessas famílias. Quando esse rendimento é dividido pelo número de moradores, tem-se a média de R\$700,01 per capita, sendo o mínimo de R\$88,00 e o máximo de R\$2968 per capita. Utilizando o valor mensal da linha de pobreza de R\$401, já se pode ter uma ideia sobre as condições socioeconômicas precárias dessa população.

O Gráfico 1 representa a proporção de pobres medida pelo Índice FGT(0) em dois cenários diferentes: na cidade de São Paulo como um todo e entre os trabalhadores da feira e ambulantes.

Gráfico 1 - Proporção de pobres medida pelo índice FGT(0) – cidade de São Paulo (2019)

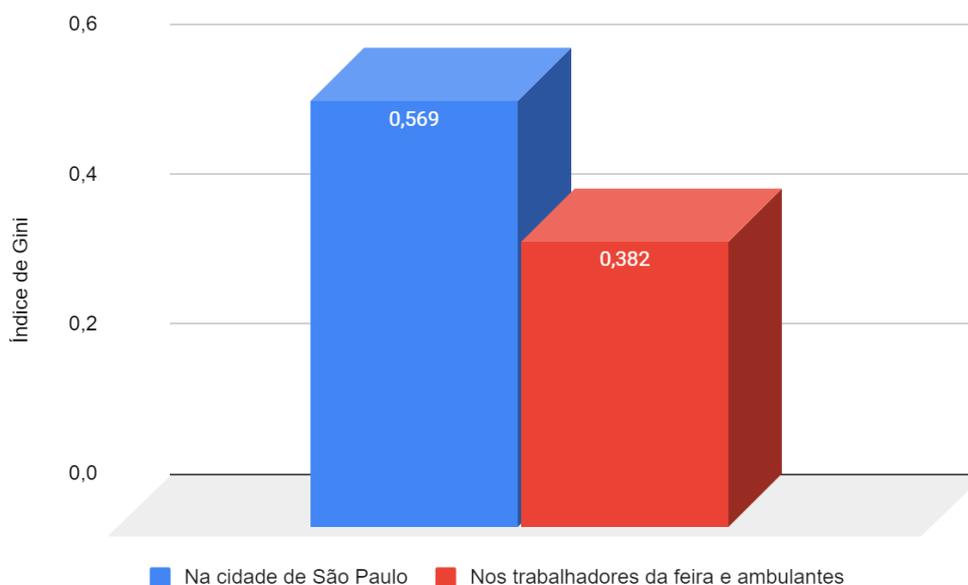


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC.

Como mostra o Gráfico 1, a pobreza entre os trabalhadores da feira e ambulantes é muito maior quando comparada à pobreza entre a população de São Paulo. A proporção de pobres entre feirantes e ambulantes é de 27,18%, o que representa um alto percentual de trabalhadores abaixo da linha da pobreza. Enquanto isso, 11,45%<sup>4</sup> dos paulistas estão nessa situação. Esses dados reforçam novamente que esse tipo de trabalho pode se configurar, em maioria, como manutenção e sobrevivência da família. Além disso, apontam para o fato de que boa parte dos trabalhadores se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, mesmo auferindo a renda oriunda do trabalho.

Já o Gráfico 2 compara a desigualdade, medida pelo índice de Gini, em São Paulo com um todo e entre os trabalhadores da feira e ambulantes.

Gráfico 2 - Desigualdade medida pelo Índice de Gini – cidade de São Paulo (2019)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC.

Enquanto São Paulo apresenta desigualdade de 0,569, os feirantes apresentam 0,382 entre si. Os dados indicam que, mesmo os feirantes sendo mais pobres em relação ao município de São Paulo, eles possuem uma menor

<sup>4</sup> A população total da cidade de São Paulo era de 12.250.975, conforme os valores expandidos através da amostra.

concentração de renda entre si. Isso ocorre porque a renda desses trabalhadores é mais baixa e menos discrepante. Ou seja, é mais difícil haver ascensão social nessa classe de trabalhadores.

Com base nos dados apresentados, percebe-se que os trabalhadores feirantes e ambulantes podem ser caracterizados com predominância masculina, de cor ou raça parda, baixa escolaridade, na condição de chefe ou cônjuge do domicílio. Além disso, as ocupações são predominantemente informais e precárias, dada a sobrecarga de trabalho e os baixos rendimentos auferidos. Isso mostra que estes trabalhadores possuem vulnerabilidade social e econômica, já que boa parte deles se encontrava em situação de pobreza no ano de 2019.

Vale ressaltar que, em 2019, o cenário econômico já indicava a tendência de crescimento da informalidade. Embora as taxas de desocupação no Brasil estivessem se reduzindo, o número de trabalhadores sem registro e por conta própria continuavam crescendo no país (PEREIRA; CABRAL, 2019, p. 98). Em 2020 este contexto se agravou.

No primeiro semestre de 2020 a cidade de São Paulo foi assolada pela pandemia da Covid-19. Como uma cidade Global, São Paulo acabou se tornando o epicentro da pandemia no Brasil. Sendo uma metrópole com alto nível de desigualdade, São Paulo acabou salientando as vulnerabilidades a ela relacionadas (JARDIM; BUCKERIDGE, 2020, p. 173).

O ano de 2020 foi marcado pelo aumento evidente das taxas de desemprego, de pobreza e de informalidade. Por se configurar como um serviço essencial, a feira livre conseguiu se manter em funcionamento mesmo durante a pandemia. Por permanecer como espaço para qualquer indivíduo se estabelecer e oferecer seu produto e/ou serviço, tem se apresentado como fonte de renda tanto para os feirantes que já estavam nessa ocupação antes do vírus, como agora, acolhendo muitos desempregados e trabalhadores informais.

## **6. Considerações finais**

O presente estudo teve como finalidade realizar uma análise do perfil dos trabalhadores da feira e ambulantes, abordando variáveis como idade, cor ou raça,

escolaridade, renda, horas trabalhadas, condição no domicílio e dados referentes à formalidade. O estudo procurou evidenciar se esse trabalhador tem características dominantes e se é configurado pela pobreza e desigualdade. Para alcançar os resultados obtidos, foi utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), analisando os dados do ano de 2019.

Após identificar o perfil e calcular as proporções de pobres e desigualdade, foi possível concluir que a população estudada é formada predominantemente por homens, pardos e com baixa escolaridade. Quanto ao trabalho, eles possuem condições precárias de trabalho, informalidade, além de demasiada pobreza, baixos rendimentos e baixa concentração de renda.

Os feirantes e ambulantes são, em geral, mais pobres do que o restante da população de São Paulo, mas em contrapartida, são menos desiguais entre si. Portanto, a pobreza entre os trabalhadores da feira é elevada quando comparada ao município em que estão inseridos e há dificuldade na movimentação econômica entre eles. Grande parte desses trabalhadores encontra-se abaixo da linha da pobreza e o restante que não se enquadra nessa faixa, também não obtém altos rendimentos pelo seu trabalho.

Por fim, com base nos dados examinados é possível chegar à conclusão que como o trabalho nas feiras constitui-se em garantia de renda familiar, apesar dos baixos rendimentos ele pode exercer influência na redução da pobreza e melhorias das condições de vida, mesmo reforçando a informalidade. Assim, sua importância ultrapassa a data de sua origem e reforça-se no período recente. Isto porque a pobreza destes trabalhadores poderia ser ainda maior caso não pudessem usufruir dessa alternativa de trabalho.

Este trabalho encontra-se limitado aos dados disponíveis até setembro de 2020. Informações sobre os mesmos dados anuais referentes a 2020 e 2021 podem ser abordados futuramente. Trabalhos futuros podem investigar o comparativo dos dados após e durante a pandemia do Covid-19 para reforçar ou não a importância desse tipo de trabalho para a manutenção e sobrevivência de inúmeras famílias.

## Referências

ARAUJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras e desenvolvimento: impactos de feiras livres do comércio urbano no Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 7, n. 2, 2018.

ASAI, G.; CÔRREA, A. de. S. Economia brasileira em crise: perspectivas dos gastos governamentais e seus impactos no crescimento econômico e no bem-estar social pós-crise da Covid-19. Disponível em <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1552/EGC-restric%CC%A7a%CC%83o-de-consumo.pdf> Acesso em: 13 de setembro de 2021.

BARROS, R. P. de.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, n. 800).

COUTINHO, E. et al. Feiras livres do brejo paraibano. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER “QUESTÕES AGRÁRIAS, EDUCAÇÃO NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO”. **Anais ...** Bananeiras, 2006. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/148163/> Acesso em: 13 de setembro de 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - O que é. **IBGE**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 12 de setembro de 2021.

JARDIM, V. C.; BUCKERIDGE, M.S. Análise sistêmica do município de São Paulo e suas implicações para o avanço dos casos de Covid-19. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 157-174, ago. 2020.

MARQUES, E. C. L. A metrópole de São Paulo no início do século XXI. **Revista USP**, São Paulo, n.102, p.23-32, junho, 2014.

PAMPLONA, J. B. Mercado informal, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jul. 2013.

PEREIRA, S. O. G.; CABRAL, J. P. C. Informalidade e crise do emprego no Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.18, 2019.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap.6, p. 173-194.

RIBEIRO, E. et al. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas**, v. 2, n. 2, 2005.

RIBEIRO, L. L.; ARAUJO, J. A. de. Capital social e pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 38, n.4, 2018.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo. **Lista completa de feiras**. São Paulo, 2020. Disponível em:  
[https://www9.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/sdte/pesquisa/feiras/lista\\_completa.htm](https://www9.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/sdte/pesquisa/feiras/lista_completa.htm)  
[ Acesso em: 21 de outubro de 2020.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, v.19, edição especial 1, 2017.

THE WORLD BANK. Fator de conversão PPP, consumo privado (LCU por \$ internacional) - Brasil, Renda média alta, Renda média baixa - 2019. The World Bank, 2021. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicador/PA.NUS.PRVT.PP?end=2020&locations=BR-XT-XN&start=2019> Acesso em: 12 de setembro de 2021.

TRINDADE, J. R.; FIEL, E. U. Emprego, renda e informalidade: um estudo da feira da cidade em Ananindeua (PA). **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 8, n. 1, 2019.